

Fome e insegurança ameaçam dezassete mil pessoas

N. 7/1/92

● **Autoridades apreensivas com o encerramento da fronteira no distrito de Milange**

por Naftal Donaldo (colaboração)

Cerca de 17 mil beneficiários da ajuda de Emergência em Milange vão ficar seriamente afectados de fome, na sequência da recente decisão unilateral do Governo malawiano de encerrar a fronteira terrestre com aquele distrito do noroeste da província da Zambézia, confirmaram ontem em Maputo fontes oficiais moçambicanas.

O Governo moçambicano, através do seu Ministério dos Negócios Estrangeiros, já apresentou um protesto formal ao Governo malawiano através de uma carta entregue ao Embaixador daquele país vizinho em Maputo.

Desde que a guerra de desestabilização eclodiu em meados da década de 80 no distrito — e que culminou com a ocupação da sede pela Renamo por pouco mais de um ano — as vias de acesso rodoviário ligando Milange e Quelimane são precárias.

Por um lado, a instabilidade ainda não é só verbo mas um facto, ainda

subsistem ataques, minas, obstáculos e outros impedimentos que condicionam o trânsito seguro de colunas de veículos transportando ajuda multiforme doada pela comunidade internacional no quadro do Programa de Emergência.

Por outro lado, as estradas via Mocuba já há tempos que não são reparadas, as pontes continuam destruídas e sem serem alvos actualmente priorizados nos projectos de reconstrução, beneficiação e manutenção por falta de segurança e de fundos, apesar do denodo com que as autoridades governamentais locais e outras se empenham na sua

recuperação, contando com os poucos recursos disponíveis.

Desse modo, a alternativa que se colocou foi a utilização dos «corredores» da Beira e de Tete, com trânsito pelo Zimbabwe e pelo Malawi, para o abastecimento de Milange de suprimentos imprescindíveis à reabilitação das vidas dos beneficiários cobertos pela Emergência.

Até à altura em que o Malawi encerrou as suas fronteiras terrestres com Moçambique, os camiões carregando produtos tanto para a Emergência como para o Comércio e projectos faziam-no do modo acima descrito e a vida de regressados voluntariamente, repatriados, recuperados, deslocados e populações locais em Milange prometia rendibilizar o investimento feito com o envio dessa ajuda.

O «Air Lift» (fretamento aéreo) apesar de acudir atempadamente às necessidades das populações do distrito revelou-se incapaz de atender à procura, devido ao facto de as aeronaves transportarem poucas quantidades de carga e do frete se revelar deveras oneroso.

Segundo a Unidade de Apoio Logístico do Departamento de Prevenção e Combate às Calamidades Naturais (DPCCN) sendo preocupante a medida (unilateral do Malawi) ora tomada, acções deveriam ser empreendidas por forma a evitarem-se consequências tais como: maior fluxo das populações de Moçambique para o Malawi tornando o país (distrito de Milange) despovoado; aparecimento de mortos vítimas de fome à semelhança do que aconteceu em Moma, Murrua e Mugulama; a interrupção de abastecimento de produtos doados pelo Programa Mundial para Alimentação (PMA) e pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) na ordem de mil toneladas de milho e 278 de feijão provenientes da Beira, Tete e Zimbabwe, para além dos produtos do Conselho Cristão do Malawi e ruptura de fornecimento de combustível.

Salomão Mambo, Director Nacional do DPCCN, corroborou a gravidade da

situação em Milange, onde apesar de a campanha agrícola do ano passado ter atingido resultados satisfatórios, os produtos de troca poderão vir a escassear nos próximos tempos, se a decisão do Governo malawiano se mantiver.